



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ALEXSANDRO DE ANDRADE SOUZA

**O PROGRAMA ESCOLA NOTA 10 E SUAS IMPLICAÇÕES NA RECONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA E COMPORTAMENTAL DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA**

João Pessoa

2014

Alexsandro de Andrade Souza

**O PROGRAMA ESCOLA NOTA 10 E SUAS IMPLICAÇÕES NA RECONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA E COMPORTAMENTAL DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Ms. Géssika Carvalho

João Pessoa

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S729p Souza, Alexsandro de Andrade

O programa Escola Nota 10 e suas implicações na reconstrução identitária e comportamental dos professores do município de João Pessoa [manuscrito] : / Alexsandro de Andrade Souza. - 2014.

31 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Géssika Cecília Carvalho da Silva, Departamento de Educação".

1. Programa Escola Nota 10. 2. Comportamento. 3. Identidade. I. Título.

21. ed. CDD 379.2

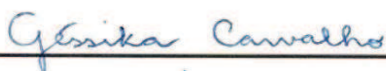
Alexsandro de Andrade Souza

**O PROGRAMA ESCOLA NOTA 10 E SUAS IMPLICAÇÕES NA RECONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA E COMPORTAMENTAL DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA**

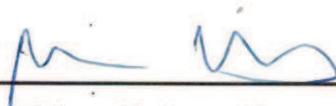
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de especialista.

Aprovado em 18 / 10 / 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Gessika Carvalho



Prof. Ms. Edson Peixoto Vasconcellos Neto



Prof. Ms. Flaviano Maciel Vieira

AGRADECIMENTOS

À Professora Gésica Carvalho pela calma e valorosas orientações.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB que muito nos enriqueceram com seus conhecimentos.

Ao coordenador do Curso na cidade de João Pessoa e sua equipe que sempre foram prestimosos conosco.

Aos colegas de classe pela acolhida, amizade e ricas discussões.

À minha mãe e irmãos pela grande força que sempre me deram.

A todos que participaram da pesquisa direta ou indiretamente.

A minha estimada esposa e filho que sempre estão do meu lado, até mesmo quando não pareço estar presente.

“Investir em conhecimentos rende
sempre melhores frutos”

Benjamin Franklin

RESUMO

Este estudo trata do Programa Escola Nota 10 e suas implicações no município de João Pessoa, tendo como objetivo perceber a importância do Programa na aquisição de novos comportamentos do professor e numa possível reconstrução identitária docente. Assim, foram aplicados questionários aos professores do 5º ano, em sete escolas do Polo VIII, da cidade de João Pessoa. A pesquisa nos possibilitou perceber o Programa como um modelo já adotado em outros locais do Brasil e que é gerador de novas posturas docentes, chegando até mesmo à aquisição de novos comportamentos e a influenciar na sua identidade, sendo o referido Programa alvo de críticas e elogios.

Palavras-chave: Programa Escola Nota 10. Comportamento. Identidade. Formação Docente.

ABSTRACT

This study addresses the Programa Escola Nota 10 and its implications in the city of João Pessoa, aiming to realize the importance of the program in the acquisition of new behaviors of teacher and a possible identity reconstruction teaching. Thus questionnaires to teachers of grade 5 were applied in seven schools Polo VIII, in the city of João Pessoa. The results allow us to perceive the program as a model already adopted in other parts of Brazil and that is generating new faculty positions, reaching even the acquisition of new behaviors and influence on their identity, being this program, target of criticism and praise .

Keywords: Programa Escola Nota 10. Behavior. Identity. Training and Lecturer

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 O PROGRAMA ESCOLA NOTA 10: UM BREVE HISTÓRICO.....	11
2.1 Os critérios de avaliação do Programa Escola Nota 10.....	13
3 UMA BREVE DESCRIÇÃO DO SER PROFESSOR.....	16
3.1 A formação continuada e a Identidade docente.....	19
4 O PROGRAMA ESCOLA NOTA 10 E SUAS IMPLICAÇÕES NA RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E COMPORTAMENTAL DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESORES.....	30

1 INTRODUÇÃO

Sabendo que a Educação Brasileira merece muita atenção e apresenta resultados que muitas vezes não são satisfatórios, vem se implantando por todo o Brasil alguns programas que visam melhorar seus resultados e premiar os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, como é o caso do Programa Escola Nota 10, o qual, por apresentar inúmeras implicações e ser de grande valia para a compreensão da situação educacional da cidade de João Pessoa, tornou-se objeto de estudo dessa pesquisa.

O Programa foi instituído em 2008 pela Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Lei Municipal 11.607 e vem se consolidando cada vez mais no cotidiano escolar das escolas municipais, tendo aceitação ou recebendo críticas; exigindo muito dos trabalhadores e profissionais da educação, mas em contrapartida oferece um décimo quarto salário proporcional.

Desde então, ao longo do ano há uma participação de todos os profissionais das escolas do município no Programa, que culmina com a avaliação dos alunos, aplicada nas escolas da rede. Por vivenciar o Programa percebo inicialmente que há todo um envolvimento dos trabalhadores e professores e uma consequente melhora no convívio escolar, mas após a divulgação do resultado da avaliação Escola Nota 10, nota-se também que os profissionais envolvidos podem passar por um estado de entusiasmo, alegria, impotência, estresse ou desvalorização, dependendo do resultado.

Despertei o interesse por esse objeto de estudo nas discussões das aulas da disciplina Teoria e Práticas em Educação, e por ter trabalhado em uma escola do município, onde tive contato com essa experiência de avaliação escolar e pude perceber suas consequências principalmente sobre o corpo docente. A partir disso objetivo compreender qual a avaliação que os professores fazem do Programa e qual a possível interferência dele sobre o comportamento e a reconstrução identitária docente.

Para a realização desse trabalho foi necessário um levantamento bibliográfico sobre o tema, muito embora os escritos científicos sobre esses tipos de programas sejam escassos. Em seguida foi elaborado um questionário para ser aplicado aos professores e diretores, no entanto, com os diretores essa aplicação

não foi possível, pois alguns não se demonstraram solícitos, bem como também se pensou numa possível entrevista com o responsável pelo Programa na atual Gestão Municipal, a qual por motivo do mesmo estar sempre ocupado, também não ocorreu.

Este trabalho apresenta, além do capítulo introdutório, mais três capítulos: o segundo capítulo historiciza o programa e destaca seus critérios avaliativos. O terceiro capítulo traz uma breve descrição do Ser Professor(a) e a contribuição da formação continuada na construção identitária do professor(a). Já o quarto capítulo retrata o resultado da pesquisa sobre o Programa Escola Nota 10 e suas implicações no comportamento e na reconstrução identitária docente, realizada nas escolas do Polo VIII com professoras do 5º ano, ressaltando as considerações quanto a essas implicações.

2 O PROGRAMA ESCOLA NOTA 10: UM BREVE HISTÓRICO

A educação brasileira é digna de toda atenção, pois a mesma é repleta de graves problemas, como escolas sucateadas, professores e profissionais desvalorizados, falta de políticas públicas mais eficientes, alunos indisciplinados e com baixos rendimentos, além da evasão escolar.

Alguns governantes, tentando melhorar os índices de desenvolvimento educacionais em seus níveis de competência, conseguiram a aprovação de leis que avaliam o processo de ensino-aprendizagem das suas escolas e, diante de melhores resultados alcançados, premiam os profissionais envolvidos. Compreendendo, assim, a avaliação não apenas de forma classificatória como é vista tradicionalmente, mas sim com um caráter diferente, como bem nos coloca Loch (2003, p. 132), “O caráter da avaliação tem, portanto, outra lógica, diferente, é ato político. Propicia e vivencia mudança, avanço, progressão, enfim, aprendizagem”.

Objetivando, então, alcançar avanço e progresso dentro do campo educacional, foram implantadas a partir da década de 90 e consolidadas em anos posteriores, experiências de bonificação em algumas partes do Brasil, que premiam profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Um desses exemplos é o prêmio educacional “Escola do Novo Milênio - Educação Básica de Qualidade” no Ceará, a partir de 2002 que, tendo por base uma avaliação do desempenho do aluno, do núcleo gestor e dos indicadores de aprovação e reprovação, contemplava professores e funcionários das cinquenta melhores escolas do Estado. Também houve programa semelhante de bonificação a resultados, aplicado pela Secretaria Estadual de São Paulo.

Seguindo o exemplo de alguns Estados, foi estabelecido pela Lei Municipal nº 11.607, de 28 de dezembro de 2008, e sancionado pelo então prefeito à época, o Programa Escola Nota 10, na cidade de João Pessoa, o qual se apresentava com os seguintes objetivos iniciais:

- Incentivar o desenvolvimento educacional e mobilizar as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação no município de João Pessoa;

- Reconhecer e premiar os trabalhadores e profissionais em educação de cada Escola Municipal de Ensino Fundamental que apresentarem resultados globais de acordo com a média estabelecida, considerando as metas definidas;
- Apresentar os resultados alcançados pelas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e divulgá-los através de publicidade institucional. (JOÃO PESSOA, 2008).

Visando uma melhora no cenário político educacional é que se tem implantado políticas de premiação de desempenho, que segundo Cassetari (2012, p.05):

No Brasil é possível identificar três modelos de remuneração por desempenho por professores que tem sido privilegiados na formulação de políticas públicas, quais sejam: o pagamento por mérito individual (que remuneram os professores com melhor desempenho individual, sendo que a avaliação dos professores pode se dar de diversas maneiras); a bonificação com base no desempenho das escolas (que premiam todos os professores das escolas com melhores desempenhos absolutos ou melhores progressos em provas de rendimento dos alunos); e pagamento baseado nos conhecimentos e habilidade dos professores (que avaliam periodicamente os conhecimentos e habilidades dos professores, permitindo mudanças no seu nível salarial).

Logo, o Programa aqui estudado se enquadra na bonificação com base no desempenho da escola, contemplando não só os professores, mas todos os trabalhadores e profissionais da escola, com uma premiação em dinheiro, proporcional à nota obtida pela unidade de ensino no conjunto de critérios estabelecido pela comissão responsável pelo Programa.

No decorrer das suas edições, o Programa Escola Nota 10 vem sofrendo alterações através de decretos do chefe municipal, que instituiu as comissões de avaliações, novos critérios e metas para o recebimento do prêmio. Uma das alterações que a Lei 11.607/2008 sofreu foi a incorporação das disciplinas de Artes, Educação Física e Língua Inglesa na avaliação aplicada aos alunos da rede municipal de ensino, haja vista que o programa só contemplava as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências e Geografia para as séries finais do ensino fundamental II, mudança implantada para a edição de 2010. Sendo os alunos do 4º e 5º anos avaliados apenas em Matemática, Língua Portuguesa e uma possível produção de texto.

Temos em 2012, no Decreto 7.682 do Semanário Oficial do município de João Pessoa, no seu Capítulo VI, mais uma alteração que diz:

Art. 17- A avaliação dos alunos será através de prova realizada no mês de novembro, nos períodos da manhã e da tarde, e abrangerá, obrigatoriamente, todos os alunos pertencentes às turmas escolhidas pela SEDEC do ensino regular matriculados no Ensino Fundamental (do 3º ao 9º ano) das EMEF, considerando os conteúdos curriculares pertinentes a cada segmento. (JOÃO PESSOA, 2012).

Nesse Artigo percebem-se novas mudanças no tocante às séries, com a inclusão do 3º ano e a inserção de todos os conteúdos curriculares a cada segmento. O Programa vai ao longo de todo o tempo sendo acrescido de critérios e novas metas, como já mencionado anteriormente.

A premiação do Programa Escola Nota 10 é concedida aos trabalhadores e profissionais da educação municipal, considerando o salário base de cada categoria, proporcional ao percentual do prêmio alcançado pela escola e ao tempo de atuação do servidor na unidade de ensino.

Sabemos que a melhoria na educação não é apenas uma questão financeira, faltam várias outras coisas, como: recursos didáticos adequados e suficientes, apoio pedagógico e sensibilidade política, mas não podemos negá-la. Sendo este um dos motivos do êxito do programa municipal que vem se consolidando na rede.

O programa enfrenta várias críticas, pois muitos não concordam com o formato da premiação, no qual não são consideradas a realidade de cada unidade escolar e a disponibilidade dos recursos didáticos que facilitem o aprendizado da clientela, enfim, de outros critérios avaliativos.

2.1 Os critérios de avaliação do Programa Escola Nota 10

O Programa Escola Nota 10 vem se consolidando na política educacional municipal e para seu melhor desempenho conta atualmente no CAM (Centro Administrativo Municipal), com um setor responsável, além de anualmente ocorrerem plenárias nos nove Polos, nos quais se dividem as Escolas Municipais de João Pessoa. Nessas plenárias são apresentadas aos profissionais das escolas as

novas metas e critérios para a obtenção do prêmio, assim como são acatadas sugestões para edições posteriores.

Tendo como fonte o Decreto 7.682 de 2012, do Semanário Oficial do município de João Pessoa (JOÃO PESSOA, 2012), trataremos dos critérios de avaliação do Programa, os quais já foram alterados e são passíveis de modificações futuras. São eles:

Avaliação da Gestão Escolar – são avaliados por esse critério documentos de regularidade escolar, patrimônio e despesas de custeio. Sendo considerados documentos de regularidades: Declaração do fechamento do EDUCACENSO¹, diários de classe atualizados e conservados, lista de frequência de professores em horas departamental etc. A preservação da estrutura física escolar, bem como a redução nas contas de água, luz e telefone sem prejuízo das atividades pedagógicas são critérios de avaliação do patrimônio e despesas de custeio. Esses critérios alcançados perfazem um total de 8% do salário base do profissional e se a escola atingir o total será contemplada com mais 2%, perfazendo 10%.

Atividades interdisciplinares do Projeto Político Pedagógico da Escola – são avaliados: Relatório de projeto de leitura envolvendo todas as turmas da escola; Avaliação das atividades vivenciadas na escola através de questionário respondido pelas famílias; Apresentação de projeto interdisciplinar junto à SEDEC; bem como relatório de ações pedagógicas propostas pelo PPP (Projeto Político Pedagógico), considerando a participação da escola na rede de proteção social. Esses critérios, quando atingidos, somam 10% do salário base.

Avaliação da informática educacional – esse critério, quando atingido, soma 3% do salário, sendo necessário para tanto: Utilização anual por, no mínimo, 70% dos alunos matriculados, registrada pelos monitores de informática e apresentação de relatório bimestral com a frequência diária, assim como a manutenção dos equipamentos.

Frequência dos trabalhadores da educação na formação continuada – recebem 20% do salário base os profissionais da escola que tenham pelo menos 75% de frequência na referida formação.

¹ O EDUCACENSO é um sistema on-line que visa manter um cadastro único em uma base de dados centralizado no INEP de: escolas, turmas, alunos, docentes/auxiliares de educação infantil, profissionais/monitores de atividade complementar, possibilitando maior rapidez na atualização das informações, por utilizar diretamente a internet.

Avaliação da alimentação escolar – a escola é avaliada nesse critério levando em consideração os seguintes itens: Limpeza adequada da cozinha e higienização dos seus utensílios; Cumprimento do cardápio e da porção servidos de acordo com o setor de merenda; Prevenção de desperdícios; Acondicionamento adequado dos gêneros alimentícios; Aceitação das refeições pelos estudantes; Uso do vestuário adequado, assim como a participação das merendeiras nas capacitações. Tudo isso perfaz um total de 9% do salário base do profissional.

Avaliação da aprendizagem dos alunos – dá-se através de prova escrita, sempre aplicada no mês de novembro, e a SEDEC (Secretaria de Educação e Cultura) escolhe três turmas por turno de cada segmento, essas provas são aplicadas por estagiários universitários e técnicos da DGC (Direção de Gestão Curricular). A média da avaliação da turma deve ser igual ou superior a cinco (5,0). É atribuído por esse critério 50% do salário base.

Como fica claro, o somatório dos critérios apresentados resulta em 100% do salário base do profissional escolar e para isso exige participação e envolvimento de todos, o que gera em alguns casos conflitos, pois num espaço tão diverso quanto uma escola pretender ou buscar uma homogeneização é algo audacioso e complexo, porém algumas escolas ao longo da duração do Programa obtiveram e vêm obtendo nota 10, como é o caso das Escolas Municipais de Ensino Fundamental José Novais e João Medeiros, ambas no Bairro dos Novais.

Temos conhecimento da existência da implantação de novas mudanças no Programa, mudanças essas ocorridas na edição de 2013, mas para a confirmação das mesmas não tivemos nenhum documento para análise, apenas relatos.

Portanto, mediante o exposto e por ser um Programa de grande relevância no campo educacional, analisaremos suas implicações diretamente sobre os professores da rede municipal de ensino de João Pessoa, porém abordaremos antes aspectos relacionados à identidade do professor e à importância da formação continuada.

3 UMA BREVE DESCRIÇÃO DO SER PROFESSOR(A)

Em meio à realidade da situação educacional está a figura do professor, profissão essa bastante antiga, que no Brasil remonta ao século XV com a chegada dos Jesuítas, os quais seriam os nossos primeiros professores; “com eles tem-se o início da história da educação em nosso país; durante dois séculos - XVI e XVII - eles foram praticamente os nossos únicos educadores.” (CASTRO, 2006, p.03).

Como uma profissão relativamente antiga e que enfrenta tantos problemas vem ainda despertando interesses? O que se espera desses profissionais? Como se constrói essa identidade profissional? São algumas questões que pulsam nesse capítulo e para as quais buscaremos respostas.

De acordo com o Censo Escolar (INEP, 2013, p.12), tínhamos no Brasil de 2013, 2.148,023 (dois milhões cento e quarenta e oito mil e vinte três) professores na Educação Básica, entendendo como professor(a) o indivíduo que estava em efetiva regência de classe em 29/05/2013². Os caminhos que levaram esses professores à profissão são, sem dúvida, os mais variados. Há muitos que seguem a carreira de um parente (pai, mãe, tio, tia...); tantos que almejavam uma profissão bem mais remunerada, mas que à época do vestibular não tinham condições de entrar e se formar em outro curso, portanto, tornaram-se professores; outros que entraram por indicação política e depois não conseguiram mais sair; e, claro, os que entram por acreditar no poder transformador de um bom professor.

Tivemos no Brasil em 2010, segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (TODOS..., 2013, p.91), 161.435 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e cinco) concluintes em curso de graduação na área da Educação, e em 2011, 238.597 (duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e noventa e sete) concluintes em curso de graduação na área da Educação, o que representa um aumento de quase oitenta mil novos professores formados que, possivelmente, entrarão no mercado de trabalho e enfrentarão a realidade de uma escola.

Apesar do crescimento na profissão, ela não vem se tornando muito atraente, por apresentar uma baixa remuneração, pouca valorização e prestígio social, alto índice de desgaste físico e emocional e por ser alvo de constantes violências, como

² De acordo com a Portaria nº 264 de 26 de março de 2007, a data de referência do Censo Escolar é a última quarta-feira do mês de maio.

mostra a pesquisa do Instituto Data Popular e o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP, 2013, p.17), em que afirma-se que quatro professores em cada dez sofreram algum tipo de violência, sendo a agressão verbal a mais comum, seguida pelo assédio moral, *bullying*, agressão física, discriminação e até furto. A referida pesquisa retrata a realidade das escolas paulistas, mas com certeza também se aproxima da realidade das escolas brasileiras no geral.

Os recém ingressos na profissão sabem que estão entrando numa profissão não muito promissora e que precisam ter grande dedicação, paciência, longa carga de estudo, criatividade, mas também ter ciência de que não é a única fonte de saber no processo de ensino-aprendizagem, e acima de tudo devem estar motivados pelo papel social da Educação, que é melhorar realidades.

No mundo dito pós-moderno, onde as mudanças parecem ser as únicas permanências, o(a) professor(a) passa a ocupar um novo papel, não mais como o dono do saber e sim como um mediador, um profissional que levanta questionamentos e faz o alunado aprender refletindo. O(A) professor(a) também tem que buscar novas ferramentas para dinamizar suas aulas, saber ouvir e participar de boas e apolíticas formações continuadas que, além de ser direito, lhe fornece novos conhecimentos que, se bem aproveitados e resignificados, são importantes para o desenvolvimento de boas aulas.

Esse momento atual também faz com que o(a) professor(a) viva o tempo todo uma profissão dicotômica, na qual deve-se muitas vezes ouvir e ser um grande ouvinte, deve-se entender muitas situações, mas com cuidado e cautela para que as mesmas não prejudiquem o planejado para o andamento do curso, deve-se avaliar e se auto avaliar. Então, o que se espera desse novo perfil de professor (a) é o de uma pessoa que tenha uma boa formação, em que seja articulada teoria e prática, buscando sempre se atualizar e que seja reflexivo. Essa reflexividade, segundo Hamer (2008, p. 09),

É uma capacidade desenvolvida no processo de olhar a si mesmo, às próprias ações, à própria maneira de compreender a realidade e desvendar o que está oculto ou ainda superficial. Não está destinada apenas a modificar a realidade e suas representações, mas a transformar as intenções próprias e o processo de conhecer.

Logo, percebe-se a partir do apresentado que a identidade docente é um fenômeno em constante transformação, esta advinda das mudanças e adequações da conjuntura atual, mundo cada vez mais globalizado, acesso maior a informações, tecnologias de ponta em todos os setores, aquisição de novas posturas comportamentais em casa, no trabalho, na escola e também outros indicadores de cunho até mesmo profissional, baixa remuneração, insatisfação com as condições de trabalho, entre outras.

Essa identidade foi e vem sendo construída ao longo de anos. Primeiramente pensava-se um professor com grande autoridade, detentor de plena sabedoria, com um certo *status* social, para o qual a remuneração e as políticas públicas deveriam ser poucas, pois a vocação e dedicação deveriam ser maiores, e alunos eram de fato aprendizes e a escola seu palco. Ao longo dos anos essa identidade desgastou-se ou simplesmente sofreu as intercorrências do tempo, e hoje temos uma imagem totalmente diferente, como nos apresenta Gomes (2008, p.04)

(...) a antiga imagem de um professor como símbolo da autoridade e da providência moral tem sido substituída pela imagem de um adversário a ser derrotado pelo aluno; a imagem da escola como ambiente seguro onde crianças e jovens poderiam desenvolver os valores morais e democráticos é substituída pela imagem de um território conflagrado; a imagem do aluno como aprendiz dócil a ser encaminhado para vida em sociedade é substituída pela imagem de um aluno rebelde, problemático, portador de todos os vícios e de nenhuma virtude. Os extremos dessas “representações” não deixam dúvidas de que as expectativas em relação à escola, alunos e professores mudaram radicalmente.

Então, estamos diante de uma identidade profissional complexa, a qual se constitui o Ser professor(a), pois em alguns momentos são tratados e representados como profissionais graduados, qualificados e com prestígio, em outros (e muitas vezes dentro da própria escola) são vistos como “inimigos” e incompetentes por colegas, pais e alunos, e a “sua eficácia é julgada em função da sua capacidade para se manter no interior das simbólicas paredes da sala de aula (...)” (GOMES, 2008, p. 07).

Temos uma construção de identidade profissional que é fruto de expectativas também alheias, nas quais apesar de tudo, sempre se espera que o professor seja empenhado, ministre bem seus conteúdos, tenha domínio de turma, dê bons

exemplos e demonstre compromisso com a cidadania, sendo essas expectativas frustradas em vários momentos.

Portanto, temos uma construção identitária que faz parte de um processo formado ao longo do tempo, que é fruto das escolhas profissionais, das relações sociais, do interesse pessoal, do ambiente de trabalho, das expectativas dos outros e, como tudo que tem um certo tempo, sofre alterações. Para a construção dessa identidade temos também o papel desempenhado pelas formações continuadas, as quais no Brasil vêm se efetivando a partir da década de 90 do século passado, principalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Essa dita formação continuada será analisada adiante sob a ótica da interferência na identidade do professor.

3.1 A formação continuada e a Identidade docente

Tivemos nas últimas décadas do século XX a existência de grandes transformações no cenário mundial e a consolidação de um modelo econômico neoliberal interferindo na política, economia e na cultura das sociedades. Nessa perspectiva, temos um momento ímpar na Educação em que segundo Barbosa (2009, p.63)

“... o discurso e as práticas educacionais desse período foram marcados por reformas educacionais que tinham o claro propósito de ajustamento à nova ordem globalizada e a adesão incondicional às proposituras dos organismos internacionais.”

Visando então esse ajustamento e superar o tão propagado fracasso escolar, este sempre atribuído à evasão escolar, repetência, má gestão, analfabetismo funcional e claro, o mau papel do professor, o qual não teria adquirido ainda “competências” necessárias para garantir o sucesso do alunado, é que o governo brasileiro implantou leis, programas, planos que garantiram as reformas educacionais no final do século passado.

É desse período a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e em seu Artigo 13 define as incumbências do docente:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996).

Temos no inciso V deste artigo o apelo para que os professores participem plenamente do planejamento, da avaliação, bem como do seu desenvolvimento profissional, sendo este desenvolvimento obtido através da formação continuada ou outra nomenclatura que porventura venha ser aplicada.

Utilizamos o termo formação continuada entendendo-o como possíveis cursos de especialização e extensão oferecidos pelas instituições de ensino superior e atividades de formação propostas pelos diferentes sistemas de ensino.

Damos ênfase às atividades propostas pelos sistemas de ensino. Então, a formação continuada surge de uma necessidade imposta ao(à) professor(a) para que o(a) mesmo(a) se enquadre no novo padrão almejado e resignifique sua prática com aquisição de novas habilidades e, dessa forma, diminua o fracasso escolar. Diante disso é que o Ministério da Educação vem implantando ações para incrementar as formações docentes, como a criação da Rede Nacional da Formação Continuada, do Programa Nacional da Educação, e no campo municipal, a Prefeitura de João Pessoa vem desenvolvendo uma política de formação continuada para os professores da sua rede de ensino, de acordo com o nível escolar.

Segundo Barbosa (2009), a formação continuada implantada pelos sistemas de ensino enfrenta sérias limitações nas questões metodológicas, político-administrativas, além das organizativas. Mas não entraremos nos detalhes dessas limitações, e sim nas implicações dessa formação na identidade do(a) professor(a).

Portanto, para que o(a) professor(a) desempenhe melhor seu papel diante dessa nova realidade escolar que vivemos, a formação continuada torna-se uma

exigência, uma necessidade que influencia na prática e conseqüentemente na reconstrução da identidade docente.

Em João Pessoa a participação na formação continuada oferecida pela Prefeitura é uma obrigação e um dos critérios avaliativos para uma bonificação pecuniária anual. Essa obrigatoriedade gera polêmicas, pois muitos professores não concordam com o seu formato e nem com os conteúdos abordados pela mesma. Sem falar na resistência de alguns professores em participar ativamente das formações pelo simples fato de já se acharem preparados para administrarem suas aulas, preparação atribuída a longas experiências.

Segundo Barbosa (2009), os programas e dinâmicas dos cursos oferecidos nas formações muitas vezes buscam atender a um modelo estandardizado, o que no nosso entendimento acaba também gerando uma insatisfação por parte dos participantes. Temos então uma formação que obriga uma participação que em muitos casos não é atraente, embora não neguemos nela as reivindicações de algumas demandas sociais, como a questão afro-brasileira e a questão inclusiva; o fato é que os professores, na sua maioria, não se enxergam como construtores dela.

Dessa maneira, temos uma formação que influencia na identidade do(a) professor(a), pois busca moldar o(a) mesmo(a) às exigências da nova realidade escolar ou às exigências da administração interessada.

Concordamos então, com o afirmado pela professora Barbosa (2009, p.90) quando diz:

O fato é que, seja qual for a tendência motivadora para a oferta e participação nesses novos modelos formativos, ela traz para o profissional da educação a problemática do enfrentamento de novas formas de ensinar, de novas maneiras de aprender, de velhos atores, agora revestidos de novas personagens presentes nas paisagens educacionais contemporâneas.

Buscar compreender essa reconstrução identitária docente a partir do Programa Escola Nota 10 da Prefeitura Municipal de João Pessoa é o ponto crucial do nosso próximo capítulo.

4 O PROGRAMA ESCOLA NOTA 10 E SUAS IMPLICAÇÕES NA RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E COMPORTAMENTAL DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Temos nesse capítulo a tentativa de explicitação, através de dados coletados por meio dos questionários aplicados, as possíveis implicações do Programa Escola Nota 10 na identidade e no comportamento dos professores no município de João Pessoa.

Sabemos que o referido Programa foi instituído em 2008 pela Lei Municipal 11.607 e que, a partir de então, visa premiar profissionais das escolas municipais mediante aferição da aprendizagem e da gestão escolar e que vem ganhando destaque dentro das unidades escolares, por resultar em um possível décimo quarto salário proporcional, o que para tanto, exige profunda dedicação e envolvimento de todos os profissionais da escola, bem como dos alunos. Como não deixa de ser um programa avaliativo e por entendermos avaliação como algo não tão simples, que segundo Libâneo (2013, p.216) “cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação de rendimento escolar”, a partir do qual se conceitua o aluno ou a unidade escolar, trataremos desse programa na visão dos professores do 5º ano do ensino fundamental, sendo esse grupo o alvo da pesquisa por uma questão de operacionalidade, pois é um único professor por turma, o que minimizava as possibilidades dos desencontros e o conseqüente atraso na pesquisa.

O método utilizado para coleta dos dados foi a aplicação de questionários aos professores do 5º ano do ensino fundamental, das escolas do Polo VIII de João Pessoa, composto de oito escolas e um anexo, sendo seis funcionando com o ensino fundamental I, II e EJA (Ciclo I ao IV), uma só com a pré-escola e o fundamental I e outra só com o fundamental II.

Nas sete escolas que têm fundamental I, funcionam 20 salas do 5º ano, sendo dezoito professoras (não encontrei durante a pesquisa nenhum professor), pois em duas delas repete-se a professora do turno contrário ou da escola próxima. Durante

a pesquisa foi realizada uma breve conversa com as mesmas e aplicado o questionário, o qual serviu de base para a pesquisa. Dos dezoito questionários entregues, recebemos dezesseis, pois duas professoras não os responderam por motivo de doença.

A partir da análise dos resultados observamos que, das dezesseis professoras que responderam, apenas três são efetivas e treze são prestadoras de serviço à PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa). Destas informantes, onze avaliam o programa como bom, três como ótimo e duas como regular.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que, muito embora o Programa sofra algumas críticas, ele é bem avaliado pela maioria das professoras, sem com isso negar suas implicações, sendo o ápice do programa a avaliação aplicada aos alunos, a qual tem um grande peso para a aquisição da premiação e representa também um entrave, pois muitas vezes, segundo o relatado, os conteúdos da avaliação não estão em consonância com o trabalhado em sala de aula, os alunos não recebem uma contrapartida e por isso não se interessam com afinco pela mesma. Além disso, a grande quantidade de projetos impostos pela Secretaria de Educação do Município e pela Gestão Escolar demanda muito tempo para a elaboração, sensibilização, aplicação e culminância, ocasionando uma possível perda de conteúdo a ser contemplado na avaliação aplicada aos alunos, acarretando numa nota baixa no resultado final do programa.

Essa avaliação é bastante esperada, e muitas escolas realmente se preparam para a mesma, no entanto, quando o resultado divulgado não é o almejado, causa uma situação de desconforto entre os profissionais, já que tenta-se apontar os culpados, descobrir as falhas e fazer julgamentos, o que acaba destruindo o trabalho do ano inteiro causando um verdadeiro mal estar no ambiente escolar.

Sendo assim, onze das informantes defendem a continuação do Programa, por acreditarem que este representa um estímulo aos profissionais das escolas, pelas melhorias que causa no ambiente escolar, pela mobilização que gera na escola e também pela visibilidade que causa nos pares.

Entre as professoras pesquisadas, nove acreditam que o programa alterou a sua prática pedagógica, pois contribui para o aperfeiçoamento da metodologia, provocando uma unidade no planejamento escolar ou servindo como fator de

motivação para o exercício profissional, haja vista que há a possibilidade de uma remuneração a mais no fim do ano.

No que concerne à identidade do professor, dez das informantes não acreditam que o programa influencia numa possível reconstrução identitária; três acreditam na reconstrução e três não responderam. As que acreditam nessa reconstrução identitária afirmam que ela se dá quando interfere diretamente sobre professores, deixando-os mais engajados e dispostos a adotar novos comportamentos no ambiente escolar, sendo mais envolvidos nos projetos internos e externos da escola, nas formações continuadas, na interdisciplinaridade, nas exposições de conteúdos abordados pelo programa e no envolvimento com outros setores da escola, resultando na maioria das vezes em bons resultados.

Retomando a questão da interferência na reconstrução identitária dos professores a partir do programa e entendendo identidade como algo mutável e passível de influência, como bem coloca Silva (2009, p. 96-97):

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou fato seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Percebemos que o programa interfere bem mais nessa reconstrução, pois mesmo algumas professoras que responderam não perceber essa interferência afirmaram que há uma nova postura diante dos alunos, do envolvimento escolar, da metodologia, da feitura de uma autoanálise, o que implicaria em uma interferência identitária.

Outro fator que contribui também para essa interferência são as formações continuadas, as quais têm a frequência como exigência crucial para o recebimento do prêmio, mas que representa, em muitos momentos, uma forma autoritária de como ensinar e obter resultados, exigindo mudanças docentes e não se baseando muitas vezes nas verdadeiras realidades escolares. Essas formações também são

bastante discutidas pelos envolvidos no programa e têm que ser vistas com muito cuidado para que tenham verdadeiros resignificados.

Não negamos a importância das formações continuadas para o corpo docente, mas estas, conforme Branco (2007, p.12):

(...) precisam de uma proposta mais ampla, contínua e sistematizada, que lhes permitam a discussão dentro da escola, coletivamente, visando uma formação mais direcionada ao conhecimento, com o objetivo de analisar a relação entre o saber teórico e o fazer pedagógico.

Além de serem perceptivas as interferências do programa no Ser professor(a), atingindo vários campos, principalmente da sua prática profissional, notamos também a vontade de parte das pesquisadas em sugerir mudanças quanto ao formato do programa, muito embora não seja o foco da nossa pesquisa, faz-se importante relatar por acreditar que a melhoria no processo educacional ocorre coletivamente e não unilateralmente. Foram então, propostos que a Secretaria Municipal de Educação disponibilizasse materiais e atividades voltadas para o programa, que fosse incluída a nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como critério avaliativo, que as diferentes realidades escolares fossem consideradas como fatores de maior ou menor rendimento, que a participação dos alunos nas atividades escolares se tornasse um critério avaliativo, que as formações priorizassem, de fato, o Programa Escola Nota 10 e que os conteúdos de sala de aula tivessem total consonância com os da avaliação, tudo isso contribuiria para um melhor andamento do programa.

Sendo assim, estamos diante de um Programa que para muitos é visto como inovador, mas que carece de ajustes e adequações às múltiplas realidades escolares para que desenvolva bem seu papel.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do Programa Escola Nota 10 como objeto de estudo foi bastante interessante e desafiador. Interessante, pois investiguei um programa que avalia toda uma unidade escolar atribuindo uma nota, mostrando-se uma preocupação com a classificação quantitativa, mas também demonstrando ser um ato político, gerador de vivências, aprendizagem e grandes implicações no cotidiano escolar.

Desafiador, pois me colocou diante de um tema novo, com pouco material à disposição, o que nos fez buscar arduamente fontes e realizar pesquisa em escolas, a qual pode contar com imprevistos e mudança de planos.

O referido programa é sem dúvida, fator de discussões no meio escolar e sempre gera expectativas nos profissionais da rede municipal quanto aos critérios de avaliação anual, os quais são passíveis de críticas e sugestões. É um programa institucional que influencia no comportamento e interfere na identidade dos docentes, mas relativamente bem avaliado pelos que participam dele.

As discussões acerca do Programa foram percebidas a partir da vivência e da pesquisa realizada nas escolas, e envolvem o processo de formação dos docentes, suas mudanças comportamentais e profissionais, assim como os critérios de avaliação e os estigmas lançados sobre as escolas e seus profissionais, que podem ser positivos ou negativos, dependendo do resultado da avaliação do Programa.

Quando a escola encontra-se diante de um resultado positivo fica em evidência, é benquista principalmente pelo Polo³ e deixa todos com uma autoestima elevada, sem falar no acréscimo financeiro, fruto da bonificação pelo bom desempenho.

No entanto, quando o resultado não é positivo gera grandes transtornos no ambiente escolar, provocando baixa autoestima, perseguições, intrigas, enfim, desgaste na relação escolar. A escola sofre estigmas negativos dos seus pares, sendo seus professores e funcionários mal vistos e para a mesma são

³ A Rede Municipal de Ensino de João Pessoa é formada por nove Polos, cada qual composto por um determinado número de escolas.

encaminhados no ano seguinte até estagiários de algumas disciplinas para reforçar e tentar melhorar o seu desempenho.

Portanto, o Programa que veio para melhorar os índices educacionais do município e gerar um envolvimento de toda comunidade escolar no processo educacional, espelhando-se em outros modelos implantados pelo Brasil, é também fruto de disputas entre escolas e principal agente de grandes questionamentos, apresentando uma forma de avaliação passível de mudanças, uma exposição grande da repercussão de seus resultados, os quais reverberam principalmente sobre os professores, alterando comportamentos e reconstruindo identidades.

REFERÊNCIAS

APEOESP. **Violência nas escolas**: o olhar dos professores. São Paulo, 2013.

BARBOSA, Maria José Cândido. **A Formação Continuada na Construção da Identidade Docente**: O Curso Educação Africanidades Brasil. 2009. 139 f. Dissertações (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2009.

BRANCO, Cristina. **Formação Continuada de Professores**: Focalizando Teoria e Prática. 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cristina_branco.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

BRASIL. **Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

CASSETTARI, Nathalia. Principais modelos de remuneração por desempenho para professores no Brasil. In: **III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação**, Zaragoza, Espanha, 2012. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/NathaliaCassettari_res_int_GT2.pdf. Acesso em: 22 set. 2014.

CASTRO. Michele Guedes Bredel de. Uma Retrospectiva da formação de Professores: História e Questionamentos. In: **IV Seminário da Redestrado**, Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, Alberto Albuquerque. A construção da identidade profissional do professor: uma análise de egressos do curso de Pedagogia. **VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais saberes e Práticas**. Portugal, 2008.

HAMER, Bruna Laselva. **Ser Professor**: Caminhos para a construção da Identidade Docente. 2008. 107 f. Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências UNESP, Bauru, São Paulo.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica: censo escolar 2013**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 2013.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. **Instrumentos para acompanhamento do “Prêmio Escola Nota 10”**. João Pessoa, 2011.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 7.682/2012, de 08 de outubro de 2012**. Regulamenta a concessão do Prêmio Escola Nota 10, instituído pela Lei Municipal nº 11.607/2008, de 28 de dezembro de 2008.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. **Lei nº 11.607/2008, de 28 de dezembro de 2008**. Institui o Prêmio Escola Nota 10.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). **Avaliação na escola cidadã: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. cap.6, p.129-141.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; MODERNA. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013**. São Paulo: Moderna, 2013.

APÊNDICE

Questionário aplicado aos professores das Escolas do Polo VIII

1º Como você avalia o Programa Escola Nota 10?

() Ótimo

() Bom

() Regular

Por que?

2º Você acredita que o programa contribui para a melhoria dos resultados escolares?

() Sim

() Não

Por que?

3º Em sua opinião, o programa Escola Nota 10 deve continuar?

() Sim

() Não

Por que?

4º Você tem alguma sugestão a fazer quanto ao formato do programa? Qual (is)?

5º Você percebeu que o programa mudou a sua prática?

() Sim () Não

Se a resposta for sim, em qual sentido?

6º Em sua opinião, o Programa Escola Nota 10 interfere na reconstrução identitária do professor? Se sim, como se dá essa interferência?

7º Qual o seu vínculo com a PMJP?

() Prestador de Serviços () Efetivo